

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
PRO-REITORIA DE GRADUAÇÃO – PRG
CENTRO DE HUMANIDADES – CH
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA – UAHG

**Algumas impressões da mulher na imprensa paraibana – final do século
XIX ao início do século XX**

Campina Grande – PB
Março 2009

MARIA DE FÁTIMA DE OLIVEIRA PEREIRA

**Algumas impressões da mulher na imprensa paraibana – final do século XIX ao
início do século XX**

**Monografia apresentada ao curso História do
centro de Humanidades da Universidade
Federal de Campina Grande, como parte
integrante dos requisitos exigidos para a
obtenção do título de Licenciatura em História.**

Orientadora: Prof^ª. MS. Rosemere Olimpio de Santana

Campina Grande – PB

Março 2009



Biblioteca Setorial do CDSA. Abril de 2024.

Sumé - PB

**Algumas impressões da mulher na imprensa paraibana – final do século XIX ao
início do século XX**

MARIA DE FÁTIMA DE OLIVEIRA PEREIRA

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Ms Rosemere Olimpio de Santana (Orientador)
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Prof.
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Prof.
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Campina Grande – PB
Março 2009

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força e coragem que me deu para concretizar meu sonho;

Ao meu marido, filhos e demais familiares, pela força que me deram para vencer mais uma batalha;

Aos meus amigos de escola, E.E.E.F.M. José Doratéo Dutra, em especial a Joselita Araújo e Irecê, por ter contribuído para a realização deste sonho.

Aos colegas, companheiros, pelas trocas de experiências e descobertas, em especial a Givanilda, pelo cotidiano divertido e pela amizade duradoura.

Aos meus mestres da UFCG que, de forma competente contribuíram para o meu crescimento profissional e pessoal.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	06
A representação da mulher na imprensa brasileira	14
O olhar sobre a mulher na imprensa paraibana.....	21
Considerações finais.....	36

RESUMO

Através da análise sobre a representação da mulher na imprensa paraibana e de Campina Grande no final do século XIX ao início do século XX, percebemos a construção da imagem feminina. Essa representação que é engendrada pela imprensa ora é ajustada à ordem estabelecida, cumprindo papéis que reforçam e retransmitem os valores que estão ligados a concepções estereotipadas com relação ao feminino, recusando ao reconhecimento das mudanças sociais e à aceitação de novos papéis às mulheres, ora ajuda a enaltecer a figura feminina como sendo importante e fundamental para a sociedade e que dependendo da situação até defende algumas mudanças relacionadas ao cotidiano feminino. Desta forma, ao argumentar que as mulheres estavam se afastando, de seus possíveis ideais, estavam visando a defesa da mulher e demonstrando assim, que as representações contidas na imprensa paraibana representavam uma visão social. Desta maneira, as representações femininas transmitidas pela imprensa refletiam de certo modo parte do pensamento da sociedade em relação às mulheres. No entanto, estas não agiam apenas como tais representações a construíam, mas sim de muitas outras maneiras.

Palavras-chave: representação, mulher, imprensa.

INTRODUÇÃO

Durante séculos a imagem que se formulou sobre a “natureza feminina” definiu a mulher como um ser maternal e delicado, uma força do bem, mas quando “usurpadora” de atividades que não lhe eram culturalmente atribuída, como potência do mal (Telles, 2007, p. 403), sendo-lhe negada qualquer autonomia no discurso social e estando confinada a um sistema patriarcal com uma injusta desigualdade de gênero, em que a mulher era considerada como um simples complemento sob a tutela do homem. Marginalizada e afastada de uma efetiva participação na esfera social, era impossibilitada de ocupar cargos públicos e tanto na vida quanto na arte, aprendia a ser tola, servindo de espelho mágico entre o artista e o Desconhecido, tornando-se musa inspiradora e criatura (Telles, 2007, p. 408), sendo submetidas à negação e ao silenciamento a que a sociedade impunha nas várias manifestações artístico-discursivas, quando lhe fora recusada a capacidade intelectual pela autoria das suas obras, sendo, portanto, negada e ocultada, por ser mulher e escritora.

Nesse contexto, até o final do século XIX, cabia inquestionavelmente à mulher ocupações relacionadas, direta ou indiretamente, à maternidade, enquanto que a experiência literária, segundo Funck (1994), que se definia sob o conceito de universalidade não dava à mulher o direito de questionamento dessa imagem estabelecida, ignorando características que não se adequassem ao paradigma masculino, defendido como universal, pois a imagem da mulher, mãe, dona de casa dedicada aos filhos e ao marido, religiosa, honesta, era a considerada ideal pelas elites conservadoras no Brasil e a maternidade não era questionável, o papel de mãe estava acima de qualquer discussão

A imprensa, por sua vez, no desenvolvimento das várias representações produzidas através dos jornais, impõe autoridade para exigir, em nome da sociedade, o cumprimento das normas, de tal modo que confere modelos distintos para o homem e para a mulher, configurando uma manipulação de caráter social. É importante perceber, ao mesmo tempo em que o discurso jornalístico como um espaço de produção de sentido, na medida em que ele apresenta as suas opiniões, desenvolve um posicionamento pré-definido na opinião social, ou seja, a partir da percepção da imprensa como um meio de comunicação, capaz de informar e formar representações acerca de fatos, pessoas, espaços, datas, é preciso compreender como foram construídas as representações das mulheres nesse contexto histórico, na medida em que esses discursos apresentam elementos definidos que definiriam o modelo ideal de

mulher para distintos momentos. E a partir da noção de representação, torna-se possível compreender como se estruturou o universo cultural da mulher desde o final do século XIX no Brasil e na Paraíba, qual a imagem social que se projetara dela e quais significados pode revelar a sua realidade, pois entre os contextos onde se produzem representações das mulheres, a imprensa se destaca como colaboradora desse papel.

Portanto, o objetivo do nosso trabalho consiste em analisar algumas impressões da representação da mulher na imprensa paraibana, no início do século XX, verificando o papel da mulher representado pela imprensa campinense.

Em uma análise mais geral, de acordo com Sardenberg & Costa (1994), a condição de inferioridade, à qual já vinha desempenhada à mulher, será um dos principais elementos de interesse da classe burguesa, por projetar esse cenário dentro da submissão dos afazeres domésticos o qual será utilizado como pretexto para impor-lhe formas de salários inferiores aos homens, mas com jornadas de trabalhos excessivas e insalubres e a consciência dessa situação de inferioridade e exploração de trabalho desencadeará o surgimento de alguns movimentos feministas ainda em fins do século XIX. Porém, sem muita força social, pois as mulheres ainda não dispunham dessa “liberdade expressiva”.

No entanto, a imprensa poderia atuar de forma participativa nesses movimentos promovendo a imagem feminina no discurso social. Diante dessas observações surgiram algumas indagações: como a mulher foi representada na imprensa durante o século XIX e no início do século XX? Por que essa representação foi divulgada pela mídia? Quais suas influências na política, na educação e na sociedade? Quais os interesses da sociedade paraibana e campinense em difundir essa imagem da mulher através da imprensa?

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, além das leituras sobre gênero, também utilizaremos como leitura norteadora a dissertação de Alômia Abrantes da Silva **As escritas femininas e os femininos inscritos**: imagens de mulheres na imprensa paraibana dos anos 20. Na qual, destaca os meios de comunicação social, mais concretamente a imprensa, possibilitando analisar as imagens de mulheres publicadas na imprensa no final do século XIX ao início do século XX, com o intuito de contribuir para o campo mais vasto da crítica da representação das mulheres estas imagens com diferentes tipos de preocupações, como é que as mulheres são representadas, através de que mecanismos, com que implicações, tanto a nível interacional como social.

Como metodologia para elaboração do trabalho, optamos por pesquisa que pudesse servir como suporte teórico através de livros, dissertações, artigos acadêmicos e textos diversos sobre a temática voltada à representação feminina no século XIX, assim como livros que abordam a questão da luta pela emancipação feminina, temas estes que foram de grande importância para a elaboração desta pesquisa.

Assim, a pesquisa está organizada em dois capítulos. O primeiro discute a representação da mulher na imprensa brasileira, no qual discutimos de uma forma mais ampla como a mulher é tratada nos principais jornais brasileiros e o segundo capítulo “O olhar sobre a mulher na imprensa paraibana”, discutimos, a partir de uma pesquisa bibliográfica, a nossa temática de uma forma mais específica.

A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA IMPRENSA BRASILEIRA

Durante séculos a mulher foi vista como inferior ao homem e estando sempre submissa às suas decisões. Até a segunda metade do século XIX, as mulheres mantiveram condições desprivilegiadas quanto ao homem na maioria das situações do cotidiano e sua presença na sociedade ficava restrita ao lar, aos afazeres domésticos e tendo um espaço público extremamente reduzido. Seu acesso a clubes, teatros, cafés só era permitido se estivessem acompanhadas.

Segundo Kelly Cristina Nascimento em sua dissertação “As representações do feminino na imprensa mineira”, nessa mesma época já se discutia a emancipação feminina, pois o crescimento da urbanização e da industrialização nos grandes centros, segundo Rago (1987) traz a mulher para o espaço público das ruas, dos acontecimentos sociais nos teatros, cafés e ao mundo do trabalho e nesse mesmo momento surge em maior quantidade, textos sobre a imagem do feminino também escrito por elas. O movimento pelos direitos da mulher, como afirma Rago (1987) começa então a se fortalecer no Brasil, principalmente entre as elites urbanas e as reivindicações dessas mulheres, ligadas a um estrato social mais privilegiado, voltavam principalmente para os debates que se discutissem os direitos de igualdade perante os homens quanto à profissionalização e ao direito de voto.

É importante destacar que a imprensa teve uma participação efetiva na formação do pensamento feminino e relatou todo o processo de emancipação da imagem feminina, ora apoiando, ora contestando. De acordo com Martins &Luca (2008), a imprensa voltada à figura feminina no Brasil teve início durante o século XIX. As primeiras publicações do gênero tratavam essencialmente de moda e literatura. Mas em alguns periódicos, principalmente na imprensa feminista, havia reivindicações, em relação ao acesso à educação, as carreiras de nível superior, ao acesso a cargos públicos. A imprensa feminina no século XIX e início do século XX, como afirmam Martins &Luca (2008), tinha duas vertentes definidas, uma tradicional que enaltecia as virtudes domésticas da mulher e condenava sua ação fora do ambiente doméstico, de sua responsabilidade materna, seus afazeres do lar e outra que defendiam e por ora reivindicava os direitos da mulher, principalmente em relação ao direito de voto e educação.

De acordo com Coelho (2005), os primeiros jornais dedicados às mulheres foram inicialmente dirigidos pelos homens como *O Espelho Diamantino, RJ, 1827*; *O Espelho das*

Brasileiras, Recife, 1831; A Fluminense Exaltada, RJ, 1832. O primeiro jornal verdadeiramente feminino foi o *Jornal das Senhoras* (1852) e tinha o subtítulo “Modas, literatura, belas artes e crítica”. Seu objetivo maior era propagar a ilustração e cooperar com todas as suas forças para o melhoramento social e para a emancipação moral da mulher. Depois disso outros jornais femininos surgiram, tais como *O Belo Sexo* (1892) que era de orientação religiosa e se propunha a provocar a manifestação feminina na imprensa, a favor do progresso social e dar oportunidade ao desenvolvimento das capacidades exigidas pelas mulheres, olhadas com indiferença pelos homens. *O Sexo Feminino* de 1875, que reapareceu em 1889, às vésperas da proclamação da República em artigo “*Emancipação da Mulher*” defendia não só a necessidade da educação intelectual, mas também a de sua emancipação, exigência que ainda hoje não foi totalmente atendida.

Haviam também em algumas cidades do Brasil, jornais organizados por mulheres. Nestes jornais, segundo Barbosa (2007), estas mulheres expressavam suas opiniões, traziam novas indagações sobre a condição feminina no que dizia respeito aos seus direitos até então ignorados pela sociedade. E abrangiam vários temas, subdividindo-se em várias seções, algumas delas de interesse ou voltadas exclusivamente para mulher, como seções literárias, noticiários, agradecimentos aos correspondentes, notícias internacionais, relação dos festejos religiosos e, em espaço menor, uma seção de receitas.

Além disso, de acordo com Barbosa (2007), a estreita vinculação entre literatura e a imprensa não se configurou somente nos periódicos de público mais amplo, visto que no final do século XIX, acompanhando as tendências européias, surgiu no Brasil a imprensa feminina, inaugurando não apenas um novo espaço público em que se falava à mulher, mas também um espaço de expressão, segundo MARTINS & LUCA (2008) para a palavra expressa pela mulher. Vários jornais e revistas foram publicados por associações literárias femininas, abrindo-se, então, para as mulheres a possibilidade de atuar no jornalismo e na literatura, redutos majoritariamente marcados pelo protagonismo masculino. No entanto, no âmbito restrito da imprensa feminina, eram enunciadas falas que denunciavam condições de produção e formações discursivas díspares, já que se por um lado, algumas publicações tentavam normatizar, ainda de acordo com MARTINS & LUCA (2008) os papéis sociais de esposa, mãe e dona de casa, como, por exemplo, os periódicos *Jornais das Famílias* e *A Mãe de Família*, em outras era possível ouvir veementes argumentos favoráveis à emancipação da mulher e ao direito ao voto, como no periódico *O sexo feminino*, e mesmo no *A família* (MARTINS & LUCA 2008, p. 69).

Barroso (1982) afirma também que as mulheres não permaneceram passivas nesse período na história do Brasil, mas apenas silenciadas pela reconstrução histórica, pela ausência de documentação que comprove sua participação nos diversos movimentos sociais, políticos de nosso país, seja na edição de jornais, na organização de direitos dos escravos, atuante também em manifestações operárias, por consequência do processo de industrialização que utilizava a mão de obra feminina em condições subumanas o que traria como consequência seu destaque em diversos jornais do país.

Muitos jornais traziam matérias sobre a mulher, não para destacar, segundo Barbosa (2007), suas lutas por melhores condições de vida ou enfatizar seus manifestos em defesa das outras mulheres trabalhadoras, mas comumente apresentando uma postura mais conservadora no que se dizia respeito a moda e a dança, o novo modelo de comportamento feminino criticando a moda, que descaracterizava as qualidades femininas que se deveria preservar, já que desse modo suas representações projetadas pela imprensa refletiam de certo modo parte do pensamento da sociedade em relação às mulheres nesse período histórico.

Construindo uma rede de sentidos que ecoa os ideais de liberdade e igualdade dos movimentos do final do século XIX, este discurso de *O sexo feminino*, como afirma Martins & Luca (2008) remete a uma formação discursiva em que a igualdade entre os sexos é desejada e se imagina possível. Diferentemente do que nos acontece outros fragmentos discursivos analisados, aqui não se denunciam apenas a situação dependente da mulher em uma sociedade patriarcal, mas para além da constatação de sua menoridade social, reivindicam-se, segundo Martins & Luca (2008) seus direitos à educação, à gestão do patrimônio poupado, à participação como co-protagonista na sociedade familiar.

Dessa forma, as mulheres que durante os séculos XIX e XX no Brasil, contestaram os seus papéis sociais que lhes eram impostos, tiveram que vencer grandes obstáculos para atingir seus ideais. Os contrários à emancipação feminina instituíam discursos que valorizavam a mulher como sendo a rainha do lar e sua emancipação seria a falência da família. No entanto, o movimento encontrou também apoio e muitas mulheres aderiram à causa feminista e utilizando o mesmo recurso de seus opositores (no caso, também a imprensa) difundiu outras imagens femininas, com o objetivo de desconstruir este modelo caracterizado pela inferioridade em relação aos homens.

Nesse contexto, a imprensa sobre a imagem feminina ganha impulso no Brasil na segunda metade do século XIX e a primeira do século XX, sob um contexto de transformações não só político-econômicas, mas principalmente sociais que começam a

sofrer alterações. Apesar do confinamento pessoal feminino, a mulher começa a expressar, publicamente, o que pensa e não o que a sociedade tenta projetar sobre ela e o fato de ter havido a iniciativa em escrever e ler sobre seus interesses foi, sem dúvida, um avanço no crescimento e destaque feminino nessa época.

Uma das razões para a criação dos periódicos de mulheres no século XIX partiu da necessidade de conquistarem direitos. Em primeiro lugar, o direito à educação; em segundo, o direito à profissão e, bem mais tarde, o direito ao voto. Quando falamos dos periódicos do século XIX, segundo Barbosa (2007), há que se destacar, pois, essas grandes linhas de luta. O direito à educação era, primordialmente, para o casamento, para melhor educar os filhos, mas deveria incluir também o direito de freqüentar escolas, emanando o direito à profissão. E mais para o final do século, inicia-se a luta pelo voto. O sufrágismo foi o mote de luta do feminismo, e foi também a primeira estratégia formal e ampla para a política das mulheres. Sobre tal assunto, há um número muito grande de textos, de manifestos no mundo ocidental em geral, e no Brasil não foi tão diferente, embora de modo menos acentuado.

Telles (2007) afirma que nessas transformações político-econômico e também sociais ocorridas no final do século XIX no Brasil, as relações homem-mulher foram profundamente alteradas e, conseqüentemente, se alterou o sistema familiar: a mulher transpõe os limites do lar, visto que há séculos cumprira o papel de senhora do lar, que o sistema patriarcal lhe destinara e ingressa no mercado de trabalho para cumprir nesse momento o novo papel que o sistema econômico lhe exigia. Ingresso que, como sabemos, teve conseqüências, não apenas no âmbito familiar, mas também no plano político-econômico do Brasil, exigência inclusive que, segundo Telles (2007) ainda hoje, passado mais de um século, não foi totalmente atendida, visto que mudança de mentalidade, realmente, exige muito tempo.

Entretanto, Bassanezi (2001) afirma que as distinções entre os papéis femininos e masculinos continuaram nítidas e a moral sexual diferenciada o que ainda era um elemento muito forte na sociedade até meados do século XX, retratando o trabalho da mulher como um subsídio ao trabalho masculino e se o Brasil acompanhou à sua maneira as tendências internacionais de modernização e de emancipação feminina, impulsionadas com a participação feminina no esforço de guerra e reforçadas pelo crescimento econômico, foi influenciando, conseqüentemente, pelas campanhas estrangeiras que, com o fim da guerra, passaram a pregar a volta das mulheres ao lar e aos valores tradicionais da sociedade (BASSANEZI, 2001, p. 608). Dessa forma, a imagem de mulher ideal seria projetada a partir dos papéis femininos tradicionais, nos quais estavam as ocupações domésticas e o

cuidado dos filhos e do marido e das características próprias da feminilidade, ou seja, a moralidade favorecia as experiências sexuais masculinas, restringindo a sexualidade feminina aos parâmetros do casamento institucionalizado.

E os jornais que tratavam de assuntos femininos, segundo Bassanezi (2001) propagavam idéias sobre a diferença sexual na sociedade brasileira, por trazer imagens femininas e masculinas e com isso apresentando o modelo ideal de família, destacando em seu papel regras de comportamento e opiniões sobre sexualidade, casamento, juventude, trabalho feminino e felicidade no casamento, imagens que aparentemente divulgavam um consenso social sobre a moral e os bons costumes da família brasileira, promovendo valores de classe, raça, gênero. Assim, os jornais da primeira metade do século XX influenciaram a realidade das mulheres de classe média de seu tempo, assim como sofreram influências das mudanças sociais vividas, sendo algumas, também promovidas por essas mulheres (BASSANEZI, 2001, p. 609).

Dessa forma, a vocação para a maternidade e a vida doméstica, tão propagada pela imprensa no Brasil no início do século XX seriam as marcas da feminilidade institucionalizadas pela sociedade, enquanto, ainda de acordo com Bassanezi (2001), a iniciativa, a participação no mercado, no trabalho, definiria o ideal de masculinidade para a sociedade brasileira. Os jornais e revistas da época enfatizavam mensagens que reforçavam os comportamentos considerados desviantes ou promíscuos, como afirma Bassanezi (2001, p. 612):

As revistas eram enfáticas em suas mensagens que garantiam a representação aos comportamentos. Diziam que as moças que assim se comportassem, não ficariam impunes. Poderia, por exemplo, ser muito solicitadas pelos rapazes, ter muitos admiradores, mas não casariam, “pois o casamento é para a vida toda, e nenhum homem deseja que a mãe de seus filhos seja apontada como uma dodivanas” . (BASSANEZI 2001, p. 612)

A moral sexual, assim como a virgindade eram representadas como um elemento de pureza e honra feminina, pois o valor atribuído a essas qualidades favorecia certo controle social sobre as mulheres, e também o não casar, como enfatiza Bassanezi (2001), representaria fracassar socialmente e desse modo, a educação e o comportamento feminino, seus atributos estariam todos voltados à realização do matrimônio. O autor argumenta ainda que as revistas publicadas para a família brasileira registravam seu ponto de vista sobre a moral da juventude feminina da época, publicando, acima de tudo, matérias sobre mulheres

consideradas exemplares, que ambicionavam, acima de tudo, o casamento e a maternidade, mas demonstrando também preocupação com certas transformações no comportamento juvenil e as manifestações de rebeldia da juventude nessa época.

Segundo Aparecida Maria Nunes, em seu artigo “Uma voz diferente: A imagem da mulher na mídia impressa” a mobilização da mulher em busca de seus direitos não esteve ausente das páginas de jornal. O espaço na imprensa, desde o final do século XIX ganhou impulso com a iniciativa de algumas pioneiras em editar periódicos. As feministas segundo Badinter (2005) consideravam a imprensa um meio importante para difundir conhecimento e transmitir informações sobre os direitos e as obrigações das mulheres. Entretanto, a mulher, restrita ao lar, ao domínio masculino, às regras morais e religiosas que segundo Telles (2007) a aprisionava não proporcionava evidenciar com facilidade registros da presença feminina em quaisquer setores da vida social e política no Brasil, sendo escassos, inclusive, em jornais feministas brasileiros do século XIX.

O OLHAR SOBRE A MULHER NA IMPRENSA PARAIBANA

No início do século XX a Paraíba apresentava inúmeras modificações a exemplo de outras cidades do Nordeste, da intensificação da urbanização, da industrialização, que provocou profundas transformações na economia, que durante séculos era essencialmente agrária. De acordo com Silva (2000), a idéia de Brasil moderno passava a ser mais discutida pela classe intelectual paraibana e sob esse enfoque, as primeiras décadas do século XX foram responsáveis por trazer transformações não só na aparência das principais cidades da Paraíba, mas também na orientação jornalística que até então vigorava (SILVA, 2000, p. 126).

Nesse aspecto, a imagem da mulher paraibana na primeira metade do século XX, em importantes cidades como Campina Grande estava marcada, segundo Silva (2005) por práticas de solidariedade e conflitos, desempenhando assim, um papel crucial, revelando ao leitor facetas das formas como apareciam e usavam certos lugares e territórios da cidade. A autora ainda enfatiza:

A história da busca da mulher casada por um trabalho remunerado era sinuosa. Não fica claro na documentação pesquisada, mas algumas mudanças nessas práticas e relações podem ter ocorrido no período que este trabalho abrange. Os únicos indícios que tenho dizem respeito às mulheres de elite, e não é bom generalizá-los. Caso tenham ocorrido, interferiram na redefinição dos espaços físicos e simbólicos e nas relações de poder e gênero na cidade, especialmente porque deslocavam as mulheres dos afazeres domésticos para lugares outros que não a casa e o seu entorno, possibilitando mudanças em um dos pilares das relações entre casais, que reservava ao homem o trabalho fora de casa e à mulher as atividades domésticas. (Silva, 2000, p.02)

Nesse aspecto, considerando principalmente a representação das mulheres paraibanas nos diversos textos culturais, difundidos de forma mais ou menos alargada, torna-se importante analisarmos sua representação durante todo esse período, visto que esses textos culturais (focalizando aqui, a imprensa) são entendidos, segundo Badinter (2005) como organizadores de todo um imaginário ligado à mulher afirmando-se, por isso, como um campo incontornável, quando se trata de questionar relações de poder e de combater mecanismos de perpetuação da dominação masculina.

Uma análise sobre a função da imprensa no final do século XIX e início do século XX na Paraíba permite-nos observar de modo bastante significativo, para um entendimento mais consistente, como afirma Telles (2007), sobre a representação feminina como elemento de denúncia e luta pelos ideais de liberdade. Nesse período, a Paraíba, marcada pela crescente urbanização e uma considerável evolução industrial, dá subsídios para o surgimento de alguns elementos que contribuíram para ampliar a visão da mulher ultrapassando as fronteiras domésticas. O rádio surge como um dos instrumentos bastante representativos que vem informar sobre as rápidas mudanças da vida moderna. Dentre estas, segundo Martins (2008), aponta-se para aquelas decorrentes do movimento feminista, que começa a despontar em todo o Brasil, apesar da discordância das alas conservadoras.

Do fim do século XIX até as primeiras décadas do século XX mudanças socioeconômicas ocasionadas pela implantação do regime republicano no país, pelo processo de urbanização e industrialização, pelas duas guerras mundiais e seus efeitos na mentalidade da sociedade da época, pelas conquistas tecnológicas representadas pela difusão dos meios de comunicação, coincidiram com a eclosão das primeiras reivindicações do feminismo que, nos países aonde chegou, atingiu várias gerações de mulheres, sendo refletido também na Paraíba, porém como afirma Silva (2000), sem muita força social como em outros estados brasileiros. Com a utilização do rádio, seu principal objetivo era alertar para a opressão e para a desigualdade social a que estiveram até então submetidas.

Com o movimento feminista e na esteira das reivindicações pelo voto aqui na Paraíba, o que lhes possibilitava maior atuação política e social foi invadida e as mulheres passaram a atuar no espaço público e a exigir igualdade de direitos, de educação e profissionalização. Após o término do regime ditatorial, que se implantou no Brasil como primeiro Golpe de Estado em 1937, a retomada dos ideais democráticos coincidiu com o final da Segunda Guerra Mundial e contribuiu, de acordo com Telles (2007) para mudanças nas representações culturais acerca da educação feminina e do papel das mulheres na nova sociedade que se desenvolvia nas principais cidades da Paraíba, como por exemplo, em Campina Grande.

Evidentemente, as mudanças que marcaram o comportamento feminino na Paraíba, ocorrido ao longo das três primeiras décadas do século passado, sinalizaram como afirma Silva (2005) para o estabelecimento de uma nova ordem na história das relações entre homens e mulheres contemporâneos. Este movimento incomodou profundamente os setores mais conservadores da sociedade, causando reações de represália e coerção aqueles que insistam em forçar uma mudança na estrutura do patriarcado. E os propósitos da formação,

comprometidos com o ideário católico exerce fortes influências sobre a construção das identidades de gênero, classe e sexo.

Considerando as várias representações da imagem feminina e a multiplicidade de estruturas que a condiciona, Silva (2000) analisa a posição da mulher na sociedade paraibana, com destaque na cidade de Campina Grande, por apresentar um considerável material a ser analisado nesse período histórico. Destacam-se, neste caso, os meios de comunicação social, mais concretamente a imprensa como condicionadores desse papel, possibilitando analisar as imagens de mulheres publicadas na imprensa no final do século XIX ao início do século XX, com o intuito de contribuir para o campo mais vasto da crítica da representação das mulheres estas imagens com diferentes tipos de preocupações, como é que as mulheres são representadas, através de que mecanismos, com que implicações, tanto a nível interacional como social.

Segundo Barbosa (2007), em seu trabalho intitulado “Miscelâneas, rodapés e variedades: antologia de folhetins paraibanos do Século XIX”, apesar da pobreza material e do alto grau de analfabetismo da população, a Paraíba teve uma imprensa que merece ser melhor estudada, principalmente nos trabalhos que se propõem a analisar a história cotidiana e cultural do Estado, porque, através da imprensa, é possível tornar visíveis as manifestações culturais e literárias, bem como o importante papel desempenhado pelos periódicos na circulação, na divulgação e na formulação da cultura escrita e letrada da Paraíba, no Século XX.

Na Paraíba, assim com no Brasil, a imprensa fala da mulher positivamente ou negativamente, no entanto, nesse momento, esses discursos, acerca da mulher, faziam necessário estar atrelados a nova mulher moderna, não só às populares, como também as de classe média que freqüentavam clubes e festas, como a freqüentadora do clube Apollo, em Campina Grande, que em 1928 escrevia indignada para o jornal O Século, porque um jornalista semanas antes havia dito que as moças que freqüenta o tal clube não eram de respeito. A leitora do jornal até admite a presença de algumas dessas moças, que se comportavam “mal”, mas logo esclarece que não eram todas. Assim, os jornais e as revistas como a Era Nova, a Ilustração e Manairá, que circulavam na Paraíba nas primeiras décadas do século XX, também eram lugares de construção e representação do lugar feminino.

A revista Era Nova, produzida especialmente para o público feminino, também era um espaço interessante para circulares informações e opiniões ligadas a esse público, um

desses exemplos é a revista que foi publicada em 1922, com o título “Caçadoras de marido” o qual dizia:

O que o esposo quer (atentem bem isto!) não é uma bacante nua, ele quer um ser modesta, decente, contido, é uma jovem bem educada, reservada com cultura, que pense que tenha o espírito aberto aos interesses superiores, que seja laboriosa, seria capaz de abnegação e que inspire confiança, sobretudo confiança. Nem a toilette, nem o tango, nem o fox-trot, garantem essas qualidades. (Era Nova, 1922, ano II)

Acrescenta ainda: teria mais êxitos matrimoniais às jovens, se abajassem mais os decotes, dançassem menos o tango, meneassem menos os quadris. As jovens que sonham com a conquista de marido bom, perceber prudentemente não se fiando no instinto, e consultando, com critério, a razão. Isso dará resultados mais salutares do que caçar maridos que comem a isca e fogem da armadilha.

A partir desse comentário e do próprio título da revista, percebemos que mesmo em 1922, no qual a Paraíba principalmente a capital e Campina Grande estava crescendo, algumas questões permaneciam praticamente as mesmas, ou seja, as mulheres para terem um bom casamento teriam que serem discretas, trabalhadoras, não freqüentarem lugares públicos, não dançarem músicas que fossem sensuais e serem educadas. Pois, caso contrário, não conseguiriam arrumar um bom marido e sim alguns que logo desistiriam do compromisso matrimonial.

Mas, isso não quer dizer que as mulheres paraibanas se comportariam só dessa forma, indicada pela revista. O exemplo é a moça do jornal, a cima citado, ela não só freqüentava o clube, como deixa claro que é possível fazer isso sem se corromper, como as outras. Mas esses são exemplos de mulheres de classe abastarda, mas como viveriam as menos favorecidas?

Segundo Silva (2005), as mulheres do meio popular em Campina Grande, no início do século XX não viviam apenas no restrito mundo do lar:

Mas era comum encontrar sua presença nas diversas ruas da cidade, fosse em busca de uma nova morada, de alguém que procuravam caluniar, ou mesmo de uma desafeta caluniadora; passeavam e faziam compras, visitavam amigos e familiares, ia à procura de políticos e compadres, pedir ajuda ou trabalho para o marido ou amásio; levavam filhos, vizinhos e amigos para o hospital ou a delegacia; visitavam as igrejas e a tenda de curandeiros; ia à feira vender e comprar (SILVA, 2005, p. 11).

A tematização e discussão em torno do papel da mulher, a publicação de preceitos e predicados de uma mulher honesta e do que seria sua negação, tal qual se tornou comum na

época, inclusive no meio popular, era ainda de acordo com Silva (2005), um forte sinal de que as mulheres, cada vez mais, ampliavam seus espaços de ação na sociedade, o que redefinia os papéis das mulheres, das relações de gênero e da cidade. A autora ainda argumenta:

Elas dominavam, de maneira própria, como mulheres num mundo fortemente masculinizado, os códigos que certo viver na cidade implicavam. Mas viver em Campina Grande entre os anos 1930-1940 era algo cambiante e, como todos os outros moradores do lugar, as mulheres do meio popular tiveram que aprender a lidar com os novos códigos que se lhes interpunham no dia a dia [...] não era exatamente a vida que algumas delas tinham no lugar de origem, mas era uma vida com um forte peso das experiências trazidas, que não se perdiam do dia para a noite, apesar do ritmo dos automóveis, da dúbia claridade da luz elétrica, da beleza do cinema e dos novos ensinamentos que seus filhos tinham na rua e na escola. (SILVA, 2000, p. 12).

Nessa direção, na luta das mulheres em prol da cidadania e feminismo, a imprensa desempenha um papel importante na sociedade, enquanto único espaço de expressão possível. Tomando como fonte o que elas escreviam na imprensa local, segundo Silva (2000) abordavam a década de vinte como uma época marcada pela transitoriedade, pelo conflito entre o tradicional e o moderno, que então se evidencia principalmente nas discussões sobre as mudanças nas condutas femininas, à medida que as mulheres ocupam mais intensamente espaços públicos, sendo freqüentemente nomeadas como signos de ameaça a ordem social. A crítica feminista é de algum modo revisionista, porque, além disso, o estudo da mulher como escritora, e seus tópicos são a história, os estilos, os temas, os gêneros e as estruturas dos escritos de mulheres; a psicodinâmica da criatividade feminina; a trajetória da carreira feminina individual ou coletiva, e a evolução e as leis de uma tradição literária de mulheres (Showalter, 1994, 29).

A década de 1920 assinala, segundo Silva (2000) a confluência das insatisfações que vinham se manifestando por todo o período republicano, nos vários setores da sociedade brasileira, no que se refere à política, à economia, mas também no tocante a comportamento, idéias e valores. A busca por soluções para os problemas das mais diversas áreas induziu o esforço da intelectualidade, no sentido de dar um novo caráter ao país, buscando integrar as diversidades. Toda essa movimentação culmina em movimentos como o Tenentismo, a

fundação do Partido Comunista, o Modernismo e a ampliação do movimento feminista que intencionava o reconhecimento dos direitos da mulher.

No mesmo ano da Semana de Arte Moderna, 1922, tem-se a Primeira Conferência Interamericana de Mulheres, em Baltimore, contando com a participação da líder feminista brasileira. Nesse momento, a educação, de modo geral, era vista como o elemento fundamental para o progresso humano, conseqüentemente, o domínio da leitura e da escrita era sinal de socialização.

A sociedade paraibana na época apresentava posições antagônicas em relação à luta da mulher pela escolarização e pelo reconhecimento de seus direitos. Por um lado, considerava-se positivo o fato de a mulher estar ocupando espaços antes predominantemente masculinos e a educação transformava a mulher em um ser digno de respeito e admiração. Por outro lado, ela que adquiria instrução e lutava por ocupar um lugar no mercado de trabalho, que expunha suas idéias, comportava-se mais livremente, mudando hábitos e comportamentos, era considerada um perigo para a família, para os homens, e, conseqüentemente, para a sociedade. A luta pelos direitos da mulher, nesse momento, como afirma Silva (2000) representava para grande parte da sociedade, homens e mulheres, um elemento ameaçador no conjunto de comportamentos definidos como específicos e adequados a cada sexo (SILVA 2000, p. 13).

A Paraíba na década de 1920 caracterizava-se pelo grande incentivo à cultura do algodão e, nessa época, o Estado era o principal produtor no Brasil; a ampliação da rede ferroviária, que, muito mais do que benefícios econômicos, contribuíram segundo Albuquerque (1999) para o urbanismo e a modernização dos costumes; o incremento de obras contra a seca; o aparecimento das usinas de açúcar, representantes da introdução do capitalismo industrial no Estado; o surto de urbanização que beneficiou principalmente a capital. Mudanças implantadas em outros estados a partir da Proclamação da República, só nesse momento começavam a tomar forma no estado paraibano.

No momento em que a mulher inicia uma luta por seus direitos, a expressar suas idéias publicamente, a questionar as relações homem-mulher na sociedade, surgiram reações adversas no mais variados setores da sociedade e a imprensa paraibana trabalhava no sentido de corroborar as posições das instituições sociais responsáveis pela determinação do código de comportamento das pessoas, como Igreja e o Estado. A sociedade, segundo Odilon (1996) utilizava-se de várias estratégias para fazer as mulheres desistirem de lutar pelos seus direitos e influenciar a sociedade a reagir contra essa luta. A atuação da imprensa na Paraíba é

significativa, porque procura atingir a mulher através de um elemento que ela demonstra maior fragilidade: a beleza, já que era comum os jornais exibirem caricaturas de mulheres enfatizando que a mulher desejava de participar das decisões políticas e exigente dos seus direitos é feia, por isso não arranhou casamento, conseqüentemente, torna-se descontente, frustrada e vingativa e então vem a questionar sua condição.

As alegações poderiam ser as mais diversas: desordem familiar, inabilidade dos homens para cuidarem dos filhos, dimensão sacralizada das mulheres através da maternidade, falta de capacidade intelectual da mulher para a esfera pública, masculinização da mulher que exige seus direitos, entre outros e dessa forma, a imprensa paraibana, através dos seus intelectuais, expunha o pensamento da sociedade em relação à luta da mulher, qualquer alteração no comportamento feminino transformava-se em assunto para debate nos jornais e revistas da época.

Mas o interessante é que outras questões são colocadas pela imprensa desse período, como a desmotivação do homem para o casamento. Rago (1994) aponta uma das razões pelas quais os moços das primeiras décadas do século XX encontravam-se desmotivados para o matrimônio: "(...) Também os homens passam a descreer da opção pelo casamento, entendendo que, à medida que a modernização avança, já não encontrarão a réplica de suas mães numa futura esposa, transformada agora em concorrente profissional." (RAGO, 1994, p. 30). De acordo com a autora há uma repulsa, por parte dos católicos, ao modelo da esposa que não incorpora o papel de "rainha do lar" e sim o da mãe dita moderna. Este tipo de mãe é aquele que, segundo Rago, não hesita em aproveitar a vida, viajando com o marido para o exterior, circulando sem culpa pelos salões de chá e festas da cidade, enquanto os filhos permanecem sob os cuidados das pajens, ou dos colégios (RAGO, 1994, p. 38). Ainda conforme a autora, a "mãe moderna", na década de 1930, ridiculariza a mãe antiga, exclusivamente dedicada à prole e ao marido indiferente. É importante contextualizar que, nessa época, a mão-de-obra feminina começa a aumentar no mercado de trabalho. Isso significa que a produção, antes monopólio dos homens, passa a ser socializada com as mulheres.

A mulher considerada moderna, segundo Telles (2008), cujos hábitos são tão temidos pela Igreja, foge, portanto, daquele modelo tradicional de mulher, que procurava um "príncipe encantado" e sonhava com o casamento como um ideal de felicidade.

De acordo com Perrot (1998) as mulheres estavam reelaborando seus papéis na sociedade moderna. As revistas de cinema apresentavam repetidas vezes artigos sobre

mulheres identificadas com a juventude e a modernidade em si. O cinema e a mulher moderna paraibana andavam lado a lado: a cultura de massa, especialmente o cinema, apelava para essa imagem feminina, pois ela se opunha frontalmente às mulheres do lar provinciano, arcaico, e representava antes de tudo a mulher moderna, que trabalha fora e que participa ativamente da vida pública.

Numa cidade ainda provinciana como Campina Grande no início do século XX, em que os católicos eram maioria, ficava difícil, segundo Silva (2000) aceitar as "ousadias" femininas. Para os conservadores a mulher toma-se-ia detentora de uma nova forma de poder sobre os bens simbólicos dos filhos. Dessa forma, ela se toma produtora de sentido, nomeadora de seus atos e sentimentos, produtora de mandos e dúvidas. Este poder, segundo Showalter (1994) por ser simbólico, não é menos opressivo.

A extensão do conflito sobre a imagem da mulher paraibana no jornalismo existirá também em Campina Grande. Segundo Silva (2000) É possível identificar-se não apenas as representações que circulavam nestes veículos de comunicação, como também representações conflitantes. Neste sentido, as reportagens apresentam a um só tempo a atmosfera de transformação social do período e as resistências ou estímulos à mudança. Seria de se esperar, e é o que acontece, que a maior parte das publicações se referisse ao primeiro grupo. Mas não podemos desconsiderar aquelas que, apesar de em minoria, demonstram que o social de Campina Grande não se encontrava totalmente descolado do que ocorria nos principais centros do país, permitindo confeccionar algumas caracterizações que podem ajudar na compreensão da condição da mulher, sua participação política e educacional e as representações que circulavam na Paraíba nas primeiras décadas do século XX. Como toda categorização, esta não deixa de ser menos perigosa, uma vez que redutora de todo um universo a uma categoria. Contudo, trata-se de uma incursão, de uma contribuição que pode sinalizar novos horizontes para se pensar a mulher e, a partir desta, a sua representação na imprensa.

A uma primeira representação de mulheres encontrada na imprensa de Campina Grande, encontramos, como afirma Silva (2000) a imagem de mulher ajustada à ordem estabelecida, cumprindo papéis que reforçam e retransmitem os valores locais, valorizando o sentimento de pertencar a uma determinada comunidade identificada. Uma outra representação presente na imprensa remete a uma visão que chamaríamos segundo Barbosa (2007) de conservadora ou retrógrada. Relaciona-se à recusa ao reconhecimento das

mudanças sociais e à aceitação de novos papéis às mulheres, escamoteando os argumentos como se a análise visasse, na realidade, a defesa da mulher.

Sob essas análises podemos perceber a representação de diferentes imagens de mulher que frequentavam o cotidiano de Campina Grande no início do século XX o que demonstra, antes de tudo, que as representações contidas na imprensa paraibana e campinense, por mais próximas da realidade que estejam, caracterizam-se mais como projeções masculinas da mulher.

A imprensa documentava e fazia circular informações sobre a vida local, constituindo-se como um local privilegiado no qual as pessoas projetavam sua visão de mundo, suas paixões, divulgavam suas poesias e folhetins, apontando caminhos e soluções para os mais diversos problemas. Poderíamos dizer desta maneira, que as representações femininas transmitidas pela imprensa refletiam de certo modo parte do pensamento da sociedade em relação às mulheres.

Podemos perceber, além disso, que a imprensa assume o seu papel civilizatório ao tentar difundir e estimular as práticas culturais na nascente cidade. Da mesma forma, faz campanha pela educação, propagandeando os benefícios que advirão para a sociedade dos investimentos na educação. Quanto aos papéis sociais, pode-se observar que as transformações sociais agem tanto sobre a educação, e quanto as mulher que, na redefinição de seu papel social, se aproxima ou é aproximada, segundo Silva (2000) da atividade docente. Apesar da feminização da educação que ocorre neste momento, não apenas este, mas diversos outros caminhos se abriam para as mulheres nas décadas iniciais do século XX. E pela imprensa percebe-se, enfim, que as elites batalhavam pela construção de uma nova sociedade, mais dinâmica, mais moderna, para a qual o concurso da educação era imprescindível.

Mas não se altera a sociedade apenas nos aspectos que se deseja, ocorrendo transformações inesperadas que atingem os mais diferentes setores, inclusive os papéis sociais. E isto colocará novos temas e problemas para estudos futuros sobre a imagem da mulher e suas representações. Entretanto, os registros da presença feminina em quaisquer setores da vida social e política em Campina Grande ainda são escassos, inclusive os de jornais feministas brasileiros do século XIX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da nossa pesquisa podemos constatar que até o final do século XIX no Brasil a sociedade definia papéis distintos à mulher, sempre voltados ao lar, sendo-lhe negada a participação nas várias atividades sociais e estando também impossibilitada de ter acesso à educação. Desse modo, sob o espaço privado, a responsabilidade única e exclusiva de educar os filhos, a história das mulheres no século XIX no Brasil é formada e constituída socialmente nesta ordem, sempre subordinada e dependente do pai ou do marido.

Só a partir do final do início do século XX no Brasil, as mulheres começam a contestar os seus papéis sociais anteriormente impostos, reclamando seu espaço na vida social e o direito pleno à educação, assim como também o direito ao voto, no sentido de combater os discursos que valorizavam a mulher como sendo a rainha do lar e sua emancipação seria assim a falência da família, tentando dessa forma, difundir outras imagens femininas, com o objetivo de desconstruir este modelo caracterizado pela inferioridade em relação aos homens.

A imprensa, nesse sentido, torna-se um elemento importante na luta pelos direitos das mulheres nesse mesmo período, pois através dela a mulher começaria a expressar publicamente o que pensa e não o que a sociedade tenta projetar sobre ela, e o fato de ter havido a iniciativa em escrever e ler sobre seus interesses foi, sem dúvida, um avanço no crescimento e destaque feminino nessa época.

Com relação à imagem da mulher na imprensa paraibana no início do século XX, a representação de mulheres encontrada na imprensa de Campina Grande está ajustada nesse mesmo período à ordem estabelecida, sob imagens e representações que fortalecem os valores sociais locais sob uma visão conservadora dos papéis das mulheres, reforçando o discurso sobre a importância de seu valor como rainha do lar e esposa dedicada. E essa imprensa que documentava o cotidiano da vida local, assumia um papel civilizatório em relação à mulher, definindo uma representação associada a uma visão de recusa ao reconhecimento das mudanças sociais e à aceitação de novos papéis às mulheres, como se a análise visasse, na realidade, a defesa da mulher e assim, projetando uma imagem ajustada à ordem estabelecida, tentando difundir e estimular essas práticas na realidade social da cidade de Campina Grande.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN, Ed. Massangama; São Paulo: Ed. Cortez, 1999

BARBOSA, Marinalva. **História Cultural da Imprensa**. São Paulo: Mauad, 2007.

BADINTER, Elisabeth. **Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BARSTED, Leila de A. Linhares. A revisão da modernidade a partir do olhar crítico da mulher. In: BRANDÃO, Margarida Luiza Ribeiro & Maria Clara L. BINGEMER. **A mulher e relações de gênero**. São Paulo: Loyola, 1994.

BASSANEZI, Carla. **"Mulheres dos Anos Dourados"**. In: DEL PRIORE, Mary (org.), *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo, Editora Unesp, 2001

BRANDÃO, Margarida Luiza Ribeiro & BINGEMER, Maria Calara L. **Mulher e relações de gênero**. São Paulo: Loyola, 1994.

COELHO, Nelly Novaes. *A Emancipação da Mulher e a Imprensa Feminina*. Disponível em <<http://kplus.cosmo.com.br/materia.aspco=119&rv=Literatura>> jan, 2009.

FUNCK, Susan Bornéo. **Trocando idéias sobre a mulher na literatura**. Florianópolis, SC: UFSC, 1994.

LUSTOSA, Isabel. **O Nascimento da Imprensa Brasileira**. São Paulo: Jorge Zahar, 2003.

MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tânia Regina. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MOTA-RIBEIRO, Silvana, “Imagem” in Ana Gabriela Macedo e Ana Luísa Amaral (eds.), **Dicionário da Crítica Feminista**, Porto, Afrontamento, 2005

ODILON, Marcus. **Pequeno Dicionário de Fatos e Vultos da Paraíba**. Rio de Janeiro: Ed. Cátedra, 1994

PERROT, Michelle. (1998). **Mulheres Públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.

SHOWALTER, Elaine. (1994) **A crítica feminista no território selvagem**. IN: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (1994). **Tendências e impasses**. Rio de Janeiro: Rocco.

SILVA, Alômia Abrantes da. (2000). **As escritas femininas e os femininos inscritos: imagens de mulheres na imprensa parahybana dos anos 20**. Dissertação de Mestrado em História,, UFPE, Recife-Pe.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar – A utopia da cidade disciplinar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIONE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 9.ed, São Paulo: Contexto, 2007.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. **Literatura e Gênero: a construção da identidade feminina**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2006.